



ADM. 2009 - 2012

Administração Municipal de
Não-Me-Toque



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2011

Município de Não-Me-Toque
Secretaria Municipal de Habitação
Edital de Pregão Presencial nº 51/2011
Tipo de julgamento: menor preço global

Edital de pregão para a contratação de empresa para a prestação de serviços de mão de obra elétrica e hidrossanitária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NÃO-ME-TOQUE, no uso de suas atribuições, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às **14:00 horas, do dia 26 do mês de Setembro do ano de 2011**, na sala de reuniões da Secretaria de Administração, localizada na Av. Alto Jacui, n.º 840 se reunirão o pregoeiro e a equipe de apoio, designados pela Portaria nº 18.558 "A", com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, objetivando a contratação de empresa para a prestação de serviços descritos no item 1, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal n.º 10.520, de 17-07-2002, e do Decreto Municipal nº 059/06, de 07 de abril de 2006, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666-93.

1 - DO OBJETO:

Constitui objeto da presente licitação a prestação dos serviços de **Mão de Obra Elétrica e Hidrossanitária de 30 Residências Habitacionais (45 m²) para beneficiários cadastrados na Secretaria Municipal de Habitação**, a serem executados em regime de empreitada por preço global, conforme especificações técnicas anexas deste edital e com o Convênio SEHADUR/DEPRO Nº: 1212/2010.



ADM. 2009 - 2012

Administração Municipal de
Não-Me-Toque



NOME DO BENEFICIÁRIO	Nº. CADASTRO
Maria Salete Schonhalz Lotário Schonhalz	165
Eder Dinei Friderichs	166
Valter Schmitt Guilhermina Maria de Paula Schmitt	167
Olmiro Barboza Ironi do Carmo Barboza	168
Silvano Daniel Nienow	210
José Romeu Kraemer Loiva Claudete Kraemer	171
Franciele Simon	172
Auri Schmitt Iracema Ana Schmitt	184
Olívio Ribas	
Roselita Martins de Almeida	
Marilene Pirolli	159
Levino Antunes dos Santos	163
João Francisco Rodrigues	194
Vera Lucia dos Santos Xavier João Carlos Bergmeir	162
Rubens Vilmar Kaiser	169
Josefina Rodrigues da Silva	33
Izido Moraes dos Santos	173



ADM. 2009 - 2012

Administração Municipal de
Não-Me-Toque



Daiana Manuela Teixeira	174
Sergio Edegar dos Santos	183
Cintia dos Santos	
Elia Terezinha Rossler	195
Jenifer Gomes	69
Geisiane Santos de Quadros	176
Sirlei Terezinha Nunes	177
Paulo Vanderlei Nunes	
Derli de Quadros	178
Margarete Muller	
Clairto de Medeiros	179
Ângela Maria dos Santos	
Everton Soares dos Santos	180
Fabio André Nienow	181
Maria Reni Drehmer	182
Ardi Aide Graff	41
Adriana de Quadros Bilhalva	160
Fabio Roni Hahn Bilhalva	

2 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

2.1. Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 7 deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:



ADM. 2009 - 2012

Administração Municipal de
Não-Me-Toque



**AO MUNICÍPIO DE NÃO-ME-TOQUE
EDITAL DE PREGÃO Nº 51/2011
ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA
PROPONENTE (NOME COMPLETO)**

**AO MUNICÍPIO DE NÃO-ME-TOQUE
EDITAL DE PREGÃO Nº 51/2011
ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)**

3 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

3.1. A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

3.1.1. A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade.

3.2. A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 3.1 deverá ser apresentada fora dos envelopes.

3.3. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:

a.1) cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

a.2) documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

a.3) inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

a.4) decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os



ADM. 2009 - 2012

Administração Municipal de
Não-Me-Toque



demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

a.5) registro comercial, se empresa individual.

b) se representada por procurador, deverá apresentar:

b.1) instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou

b.2) carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

Observação 1: Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

Observação 2: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

3.4. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

3.5. A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 6.15 à 6.18 e 7.3, deste edital, deverão apresentar, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, **declaração, firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte.**

3.5.1. As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 6.15 à 6.18 e 7.3, deste edital, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, fora dos envelopes, no momento do cre-



denciamento, **declaração, firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima.**

4 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

4.1. No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nºs 01 - PROPOSTA e 02 - DOCUMENTAÇÃO.

4.2. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

4.3. O pregoeiro realizará o credenciamento das interessadas, as quais deverão:

- a)** comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como para a prática dos demais atos do certame;
- b)** apresentar, ainda, declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.

5 - PROPOSTA DE PREÇO:

5.1. A proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em 60 dias, deverá ser apresentada em folhas seqüencialmente numeradas e rubricadas, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, e deverá conter:

- a)** razão social da empresa;
- b)** proposta financeira, mencionando o preço global dos serviços objeto desta licitação, onde deverão estar incluídos todos os custos mão de obra, inclusive o BDI, (impostos, taxas, contribuições sociais, lucro do empreendimento, etc);
- c)** planilha de quantitativos e custos unitários(mão de obra).

Observação: Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

6 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

6.1. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores



ADM. 2009 - 2012

Administração Municipal de
Não-Me-Toque



àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação da vencedora.

6.2. Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

6.3. No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autora da proposta classificada em segundo lugar, até a proclamação da vencedora.

6.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

6.5. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida a ordem prevista nos itens 6.3 e 6.4.

6.5.1. Dada a palavra a licitante, esta disporá de 20 s (vinte segundos) para apresentar nova proposta.

6.6. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

6.6.1. A diferença entre cada lance não poderá ser inferior a 500,00 (quinhentos) reais.

6.7. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item 12 deste edital.

6.8. O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

6.9. Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

6.10. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.11. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, compa-



ADM. 2009 - 2012

Administração Municipal de
Não-Me-Toque



rando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

6.12. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço unitário, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.

6.13. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) contiverem opções de preços alternativos;
- c) forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- d) se oponham a qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 5;
- e) apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

Observação: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

6.14. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

6.15. Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar 123/06, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 3.5.1, deste edital.

6.15.1. Entende-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

6.16. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.



b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 6.15.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

6.17. Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 6.16 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

6.18. O disposto nos itens 6.15 a 6.17, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

6.19. Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

6.20. A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao setor de Licitações deste Município, conforme subitem 13.1 deste edital.

6.21. Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

7 - DA HABILITAÇÃO:

7.1. Para fins de habilitação neste pregão, o licitante deverá apresentar, dentro do ENVELOPE Nº 02, os seguintes documentos:

7.1.1 declaração que atende ao disposto no artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal n.º 4.358-02;

7.1.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) registro comercial no caso de empresa individual;

b) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);



- c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.3 - REGULARIDADE FISCAL:

- a) prova de inscrição no Cadastro do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;
- b) prova de regularidade quanto aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);
- c) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- e) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND/INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos em lei;
- f) prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

7.1.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) certidão de registro no CREA da empresa;
- b) certidão de registro no CREA do responsável técnico.

7.1.5 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com a indicação do n.º do Livro Diário, número de registro na Junta Comercial e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

Observação: É vedada substituição do balanço por balancete ou balanço provisório, podendo aquele ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.



b) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data designada para a apresentação do documento;

7.2 A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 3.5.1, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, previstos no item 7.1.3, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em dois dias úteis, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

7.2.1 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

7.2.2 Ocorrendo a situação prevista no item 7.3, a sessão do pregão será suspensa, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

7.2.3 O benefício de que trata o item 7.3 não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

7.2.4 A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 7.3, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 8.2, sem prejuízo das penalidades previstas no item 12.1, alínea a, deste edital.

7.3 O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 60(sessenta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

8 - DA ADJUDICAÇÃO:

8.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante que ofertar o menor preço será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

8.2. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subseqüentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a res-



ADM. 2009 - 2012

Administração Municipal de *Não-Me-Toque*



pectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

8.3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará às licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

9 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

9.1. Tendo a licitante manifestado motivadamente, na sessão pública do pregão, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.

9.2. Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.

9.3. A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

9.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

10 - DOS PRAZOS :

10.1 Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 05 (cinco) dias, convocará a vencedora para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

10.2 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.



10.3 O prazo de vigência do contrato será de 04 meses, a contar da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado, a critério da Administração e com a anuência da contratada, nos termos do art. 57, inciso II da Lei nº 8.666-93.

11 - DO PAGAMENTO:

11.1. O pagamento será efetuado conforme cronograma físico financeiro ocorrendo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da fatura acompanhada da planilha de medição, aprovada pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato, Sra. Juliana Linhares Rubin e pelo Secretário Municipal de Habitação, Ibanes Victor de Quadros.

11.2 Para o efetivo pagamento, as faturas deverão se fazer acompanhar da guia de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS, relativa aos empregados utilizados na prestação do serviço.

11.3 Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

11.4 Serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da legislação que regula a matéria.

11.5 A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo e o número do pregão, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

12 - DAS PENALIDADES:

12.1 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- a)** deixar de apresentar a documentação exigida no certame: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*
- b)** manter comportamento inadequado durante o pregão: *afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;*
- c)** deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*



- d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: *advertência*;
- e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 10 (dez) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: *multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato*;
- f) inexecução parcial do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato*;
- g) inexecução total do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato*;
- h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: *declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato*.

12.2 As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

12.3 Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

13 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

13.1. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Não-Me-Toque, Gabinete do Prefeito, sito na Av. Alto Jacuí, nº 840 ou pelos telefones (054) 3332 2600 ou fax (054) 3332 2606, no horário compreendido entre as 8:15h à 17:00 horas, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.

13.2. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente Pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, setor de Compras e Licitações.

13.3 Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.



Administração Municipal de
Não-Me-Toque



13.4. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, *e-mail* e os números de fax e telefone.

13.5. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada, por tabelião ou por servidor, ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial.

13.6. As cópias extraídas da internet dos documentos referidos nos item 7.1.3, alíneas *b*, *c* e *d*, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração.

13.7. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666-93, sobre o valor inicial contratado.

13.8. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

13.9. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666-93).

13.10. Fica eleito o Foro da Comarca de Não-Me-Toque para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Não-Me-Toque, 09 de Setembro de 2011.

ANTONIO VICENTE PIVA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Não-Me-Toque
Secretaria da Fazenda [daianeluisa]

Página: 1 de 1

Anexo Itens

Pregao Presencial N° 51/2011

ITEM	QTD	UN	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL/ SERVIÇO	MARCA	PR.UN	TOTAL
			PRESTAÇÃO SERVIÇOS - DIVERSOS - Mão-de-Obra Elétrica e Hidrosanitária de 30 Residências Habitacionais (45m²) para beneficiários cadastrados na Secretaria Municipal de Habitação - CONVÊNIO SEHADUR/DEPRO N° 1212/2010			
			VALOR TOTAL (R\$)			



ADM. 2009 - 2012

Administração Municipal de
Não-Me-Toque



MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º/2011

Pelo presente instrumento de contrato devidamente autorizado mediante **Edital de Pregão Presencial 51/2011** que se regerá pelas normas da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações legais, de um lado, o **MUNICÍPIO DE NÃO-ME-TOQUE/RS**, inscrito no CNPJ sob o n.º 87.613.519/0001-23, com sede a Av. Alto Jacuí, n.º 840, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **Sr. ANTÔNIO VICENTE PIVA**, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado a, inscrita no CNPJ sob o n.º situada na, n.º na cidade de/....., CEP, telefone: (...). neste ato representada pelo **Sr.**, CPF n.º, carteira de identidade n.º, doravante denominada de **CONTRATADA**, tem ajustado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

A CONTRATADA realizará os serviços de **Mão de Obra Elétrica e Hidrossanitária de 30 Residências Habitacionais** com área de 45 m² para beneficiários cadastrados na Secretaria Municipal de Habitação.

A obra será subsidiada com recursos do Convênio SEHADUR/DEPRO 1212/2010 como contrapartida.

Parágrafo Único - A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO:

A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** pelos serviços de **mão-de-obra** a importância total de **R\$**(.....) e o pagamento será efetuado conforme cronograma físico financeiro. O primeiro pagamento estará vinculado à



apresentação da ART e 5% (cinco por cento) ficará vinculado à entrega da CND/INSS da obra.

No ato do pagamento, será retido 11% sobre o valor da mão-de-obra, a título de retenção do INSS, bem como 2% sobre o valor total da nota fiscal a título de ISSQN.

Obs.: Na nota deverá constar o número do CEI/INSS da obra, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo e o número do pregão.

A contratada deverá fornecer os dados bancários para o pagamento tais como: banco, agência e conta corrente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES:

A **CONTRATANTE** reserva-se o direito, de a qualquer tempo, rejeitar os serviços ou material que considerar fora das especificações técnicas do Projeto e a **CONTRATADA** arcará com as despesas de reposição, sem direito a qualquer indenização.

§ 1º: É de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** o ônus com encargos sociais e previdenciários, tributos e licenças concernentes a execução do serviço autônomo contratado, decorrentes do exercício de sua atividade, bem como a obrigatoriedade no fornecimento e uso por todos os operários dos equipamentos de proteção e segurança que serão fornecidos pela **CONTRATADA**.

§ 2º: A execução do presente Contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da administração que anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, sem que isso importe na redução da responsabilidade da **CONTRATADA** pela boa execução do Contrato.

§ 3º: A **CONTRATADA** se compromete a manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação apresentadas na licitação.

§ 4º: A **CONTRATADA** deverá apresentar as ARTs das atividades por ela realizadas referentes a esta obra e **requerer matrícula junto ao INSS**.

§ 5º: A **CONTRATADA** responsabilizar-se-á por qualquer dano material ou pessoal causado a terceiros no exercício das atividades ora contratadas.

§ 6º: É de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, junto a seus operários, de toda e qualquer indenização decorrente da presente contratação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VEDAÇÃO DA SUBEMPREITADA E GARANTIA DA OBRA:

Não será admitida subempreitada ou subcontratação, aceitando a **CONTRATADA** todas as condições impostas no memorial descritivo, projeto, cronograma e demais anexos, que também passam a integrar o presente contrato, comprometendo-se, ainda, a **CONTRATADA**, a obedecer todas as normas técnicas da ABNT, no que tange à segurança, solidez e perfeita execução das obras objeto deste contrato, o que não exime a **CONTRATADA** das disposições do art. 1.245, do Código Civil Brasileiro.



ADM. 2009 - 2012



CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO E RESCISÃO:

§ 1º: A **CONTRATADA** reconhece desde já que o presente Contrato poderá ser rescindido antecipadamente, conforme faculta os arts. 77,78,79 e 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

§ 2º: As obras deverão ser iniciadas no prazo de até 05 dias a contar do recebimento da ordem de execução dos serviços e serão concluídas no prazo de 04 (quatro) meses a contar do recebimento da ordem de serviço.

§ 3º: Ocorrendo atraso na conclusão e entrega da obra, a **CONTRATADA** obriga-se a pagar a multa de 2%(dois por cento) mensais sobre o valor total do presente Contrato, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

§ 4º: A multa prevista no Parágrafo anterior deste instrumento só deixará de ser executada por atraso das obras oriundo de caso fortuito e força maior, desde que não superior a 30(trinta) dias e sendo pronta e expressamente comunicado à **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES:

12.1 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*
- b) manter comportamento inadequado durante o pregão: *afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;*
- c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*
- d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: *advertência;*
- e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 10(dez) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: *multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;*
- f) inexecução parcial do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;*
- g) inexecução total do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;*



h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: *declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.*

12.2 As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

12.3 Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2011/895

12.22.16.481.0120.1095 – Construção de Unidades Habitacionais – Rural

0001 – LIVRE

4.4.9.0.51.93.00.00.00 – Benfeitorias em Propriedades de Terceiros

2011/896

12.22.16.481.0120.1095 – Construção de Unidades Habitacionais – Rural

1002 – FMHIS

4.4.9.0.51.93.00.00.00 – Benfeitorias em Propriedades de Terceiros

2011/909

12.22.16.482.0120.1097 – Construção de Unidades Habitacionais – Urbana

0001 – LIVRE

4.4.9.0.51.93.00.00.00 – Benfeitorias em Propriedades de Terceiros

2011/910

12.22.16.482.0120.1097 – Construção de Unidades Habitacionais – Urbana

1002 – FMHIS

4.4.9.0.51.93.00.00.00 – Benfeitorias em Propriedades de Terceiros

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

O presente contrato será fiscalizado pelo Gestor Ibanez Victor de Quadros e pela fiscal, Sra, Juliana Linhares Rubin.

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Para todos os efeitos legais, o responsável técnico da **CONTRATADA**, registrado no CREA, que deverá recolher ART comprovando o seu recolhimento junto a Secretaria Municipal da Fazenda.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO



Administração Municipal de
Não-Me-Toque



As partes elegem o Foro da Comarca de Não-Me-Toque/RS, como competente para a solução de quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E por estarem em pleno acordo, assinam o presente Contrato, na presença de testemunhas, para que produza seus efeitos legais.

NÃO-ME-TOQUE, ... DE DE 2011.

ANTÔNIO VICENTE PIVA
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

.....
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

EMPREENHIMENTO: CASA DE ALVENARIA COM FOSSA SÉPTICA E SUMIDOURO ÁREA= 45,00 m² - Mão-de-Obra elétrica e hidrossanitária															
	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	Peso %	Valor total (R\$)	MESES											
				Mês 1		Mês 2		Mês 3		Mês 4		Mês 5		Mês 6	
				%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$
1	Mão-de-obra elétrica e hidrossanitária	100,00	53.053,80	30,00	15.916,14	35,00	18.568,83	35,00	18.568,83						
	SIMPLES	100,00	53.053,80	30,00	15.916,14	35,00	18.568,83	35,00	18.568,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	ACUMULADO	100,00	53.053,80	30,00	15.916,14	65,00	34.484,97	100,00	53.053,80	100,00	53.053,80	100,00	53.053,80	100,00	53.053,80



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

MÃO-DE-OBRA ELÉTRICA E HIDROSSANITÁRIA PARA UNIDADE HABITACIONAL (A= 45,00 m²)

1. OBJETIVO:

A presente especificação tem por objetivo estabelecer os critérios para a execução das obras elétricas e hidrossanitárias de 30 residências a serem implantadas no município de Não-Me-Toque/RS, através da Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano – SEHADUR, com recursos provenientes da contrapartida do Estado e do Município.

2. GENERALIDADES:

- 2.1 Esta especificação complementa o projeto arquitetônico (planta-baixa, cortes e fachada) e os projetos hidrossanitário e elétrico, fornecidos pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NÃO-ME-TOQUE, em pranchas tamanho A4 de nº 2 a 7, sendo que a prancha nº 1 é referente à situação e localização da obra.
- 2.2 Serão providenciadas ligações provisórias de água (CORSAN), e Energia Elétrica (RGE), antes do início das obras.

3. OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA:

- A Prefeitura se responsabiliza por todas as providências relativas ao licenciamento da construção.

4. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS:

- 4.1 As instalações elétricas serão executadas por profissionais habilitados, de acordo com as normas técnicas. As instalações deverão ficar embutidas, em eletrodutos de PVC tanto nas paredes, quanto no forro. Todas as extremidades livres dos tubos serão, antes da concretagem e durante a construção, convenientemente obturadas, a fim de evitar a penetração de detritos e umidade.
- 4.2 Deverá ser observado quadro de carga e projeto elétrico em anexo, para verificação de proteção dos circuitos e enfição na bitola correta.
- 4.3 A entrada de luz será monofásica, sendo o medidor colocado em caixa padrão da concessionária local de acordo com o detalhe em anexo. O ramal de ligação será em cabo multiplex 2 # 10 mm². Deverá ser usado aterramento de 6 mm², haste e conector de cobre de 2 metros.

5. INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS:

- 5.1 As instalações hidrossanitárias serão executadas por profissional habilitado, de acordo com as normas técnicas. Nos sanitários serão colocados os



ADM. 2009 - 2012



aparelhos constantes no projeto. O escoamento da bacia sanitária, em tubos de PVC, passa por caixas de inspeções 45 x 60 cm e será lançado a uma fossa séptica com capacidade para 1825 litros sendo que o escoamento será ligado a sumidouro com 12m³ de volume. Toda a rede de canalizações ficará embutida no contrapiso ou no solo.

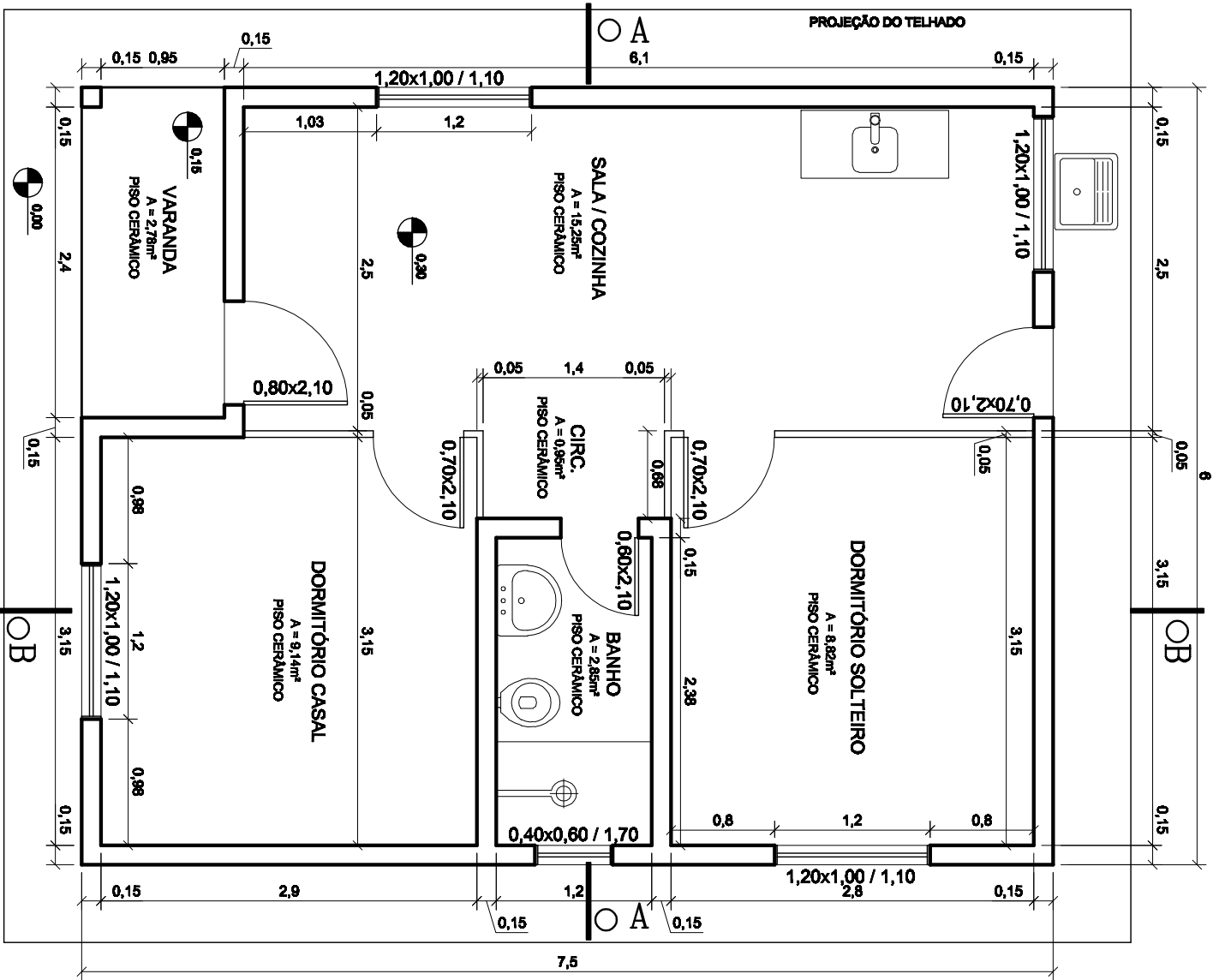
- 5.2 As instalações de água serão executadas com tubos de PVC soldáveis nas bitolas indicadas em projeto, e ficarão totalmente embutidos nas alvenarias.
- 5.3 Durante a construção e até a montagem dos aparelhos, as extremidades livres das canalizações serão vedadas com bujões rosqueados ou plugues, convenientemente apertados, não sendo admitido o uso de buchas de madeira ou papel para tal fim.
- 5.4 O abastecimento de água será feito por rede da CORSAN ou concessionária local através de hidrômetro colocado próximo ao alinhamento do terreno.
- 5.5 Verificação: as tubulações de distribuição de água serão verificadas antes de eventual pintura ou fechamento dos rasgos das alvenarias, lentamente cheias de água, para eliminação completa do ar, e, em seguida, submetida à prova de pressão interna.

6. LIMPEZA:

A obra será entregue perfeitamente limpa, com todas as instalações e esquadrias em perfeito funcionamento e considerada concluída após a fiscalização e emissão do termo de recebimento, conforme cláusulas do contrato.

Não-Me-Toque/RS, junho de 2011.

Juliana Linhares Rubin
CREA/RS 109705 D



PLANTA BAIXA - área: 45,00 m²
 ESCALA 1:50

PREFEITURA MUNICIPAL DE NÃO ME TOQUE / RS

Av. João Gualberto, 495 - CEP: 95000-000 - Fone: (51) 3343-2222 - FAX: (51) 3343-2222 - E-mail: prefeitura@nmt.rs.gov.br

OBRA:
 CASA 2 DORMITÓRIOS - MODELO
 PRODUÇÃO DE AÇÕES HABITACIONAIS
 CONTÍDUO

PROJETISTA:
 ARQUITETA JULIANA LINDHANS RUBIN
 CREA/RB - 18783-D

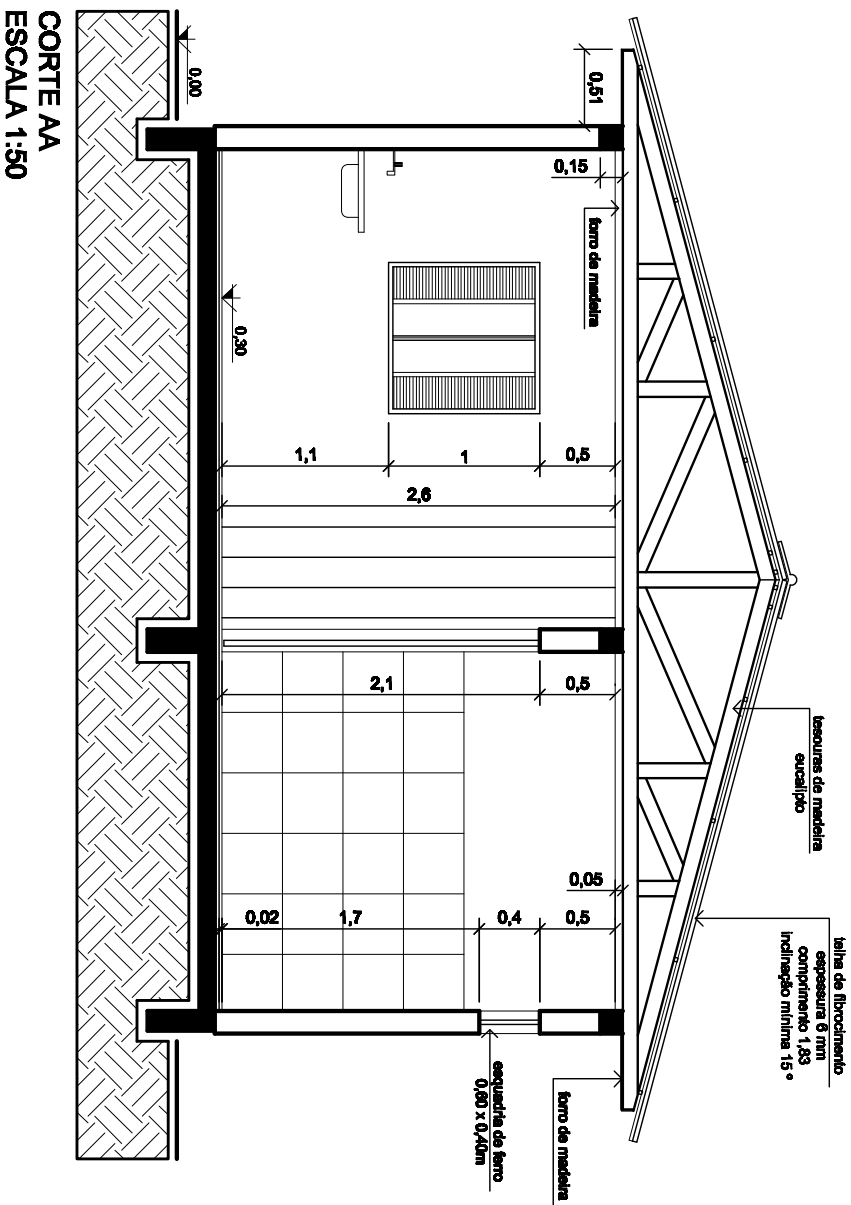
REPROVAVEL TÉCNICO:

DATA: Junho/2011
ÁREA: 45,00m²
DESENHO:

ESCALA: 1/50
BRANCA: 02

ALMO, 20

PROPRIETÁRIO
 PREF. MUN. DE NÃO ME TOQUE



CORTE AA
ESCALA 1:50



PREFEITURA MUNICIPAL DE NÃO ME TOQUE / RS
 Av. Rio Santa Rosa - CEP: 95000-000 - Fone: (51) 3322-5500 - 0800-72229000 - 08-3322-0900/RS

ALM. 20

OBRA: CASA 2 DORMITÓRIOS - MODELO PRODUÇÃO DE AÇÕES HABITACIONAIS

CONTEÚDO: CORTE AA

RESPONSÁVEL TÉCNICO: DEBENHO

ARQUITETA: JULIANA LINHARES RUBIN

CREAM: 18705-2

DEBENHO

DATA: Junho/2011

ESCALA: 1/50

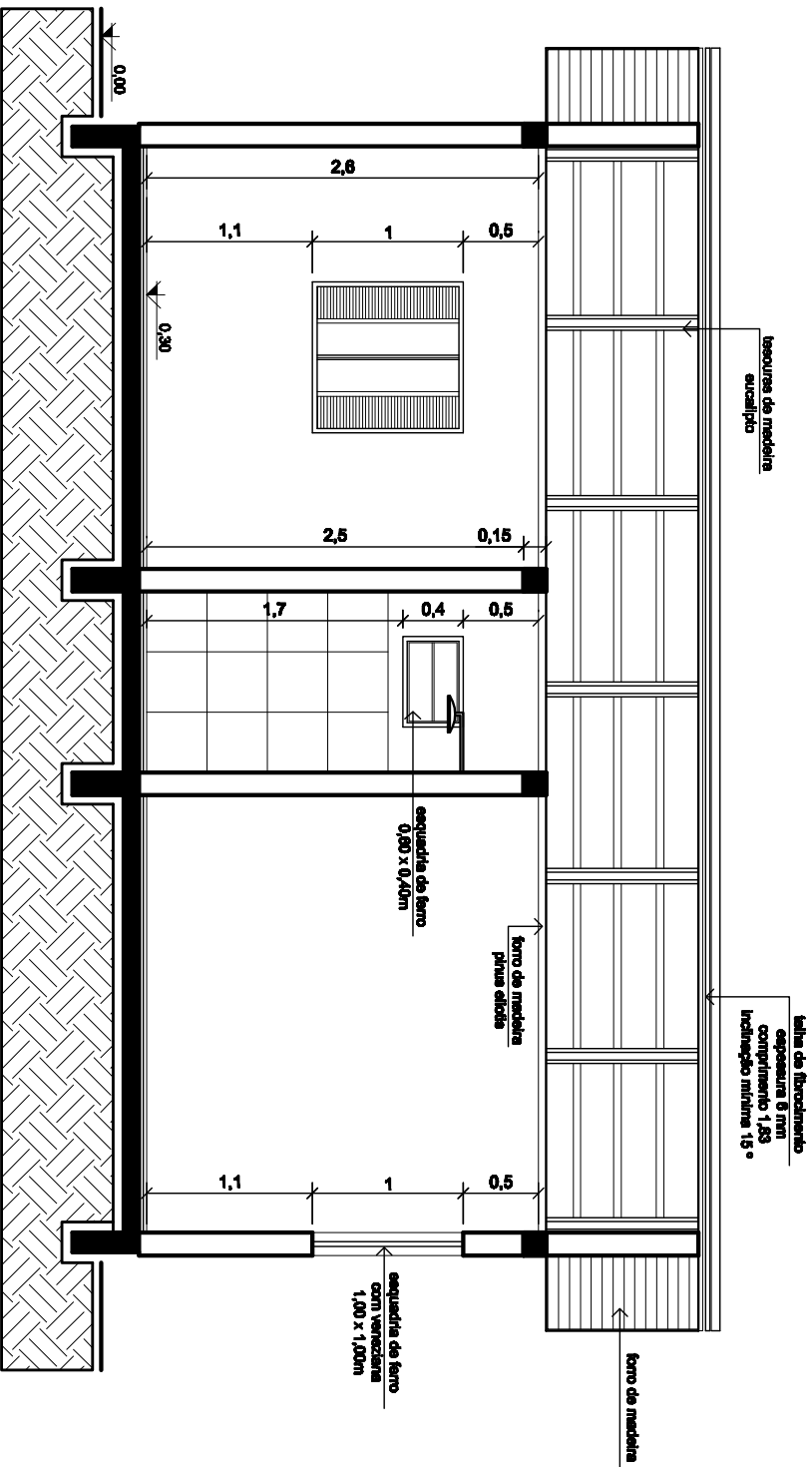
ÁREA: 45,00m²

DEBENHO

PRONOME: 03

ARQUITETA: JULIANA LINHARES RUBIN

PROPRIETÁRIO: PREF. MUN. DE NÃO ME TOQUE

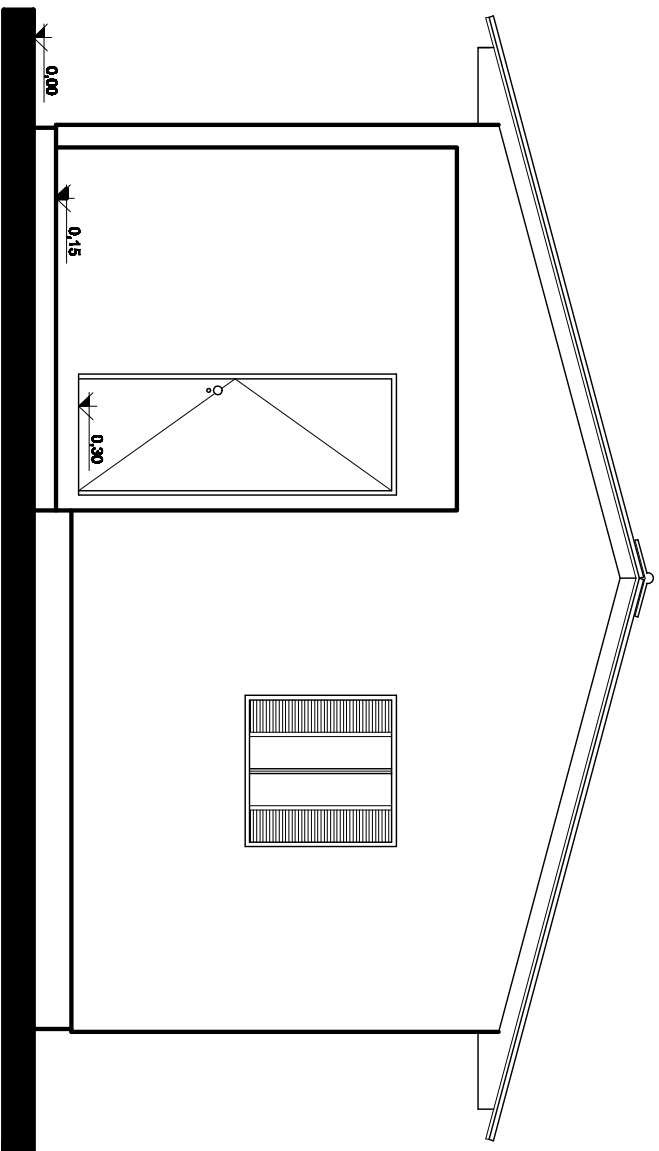


CORTE BB
ESCALA 1:50

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAO ME TOQUE / RS
 Av. Rio Santa Rosa - CEP: 95000-000 - Fone: (51) 3322-5222 - FAX: (51) 3322-5222 - E-mail: pmnt@pmnt.rs.gov.br

OBRA: CASA 2 DORMITÓRIOS - MODELO PRODUÇÃO DE AÇÕES HABITACIONAIS
CONTEÚDO: CORTE BB
RESPONSÁVEL TÉCNICO: DEBENHO

Arquiteta: JULIANA LINHARES RUBIN
 CREA/RN - 18785-2
PROPRIETÁRIO: PREF. MUN. DE NAO-ME-TOQUE
DATA: Junho/2011
ESCALA: 1/50
ÁREA: 45,00m²
BRANCHA: 04
DESENHO:



FACHADA PRINCIPAL
 ESCALA 1:50



PREFEITURA MUNICIPAL DE NÃO ME TOQUE / RS
 Av. João Lins de Vasconcelos, 100 - Fone: (51) 3322-3333 - Fax: (51) 3322-3333 - E-mail: nao@natoque.rs.gov.br

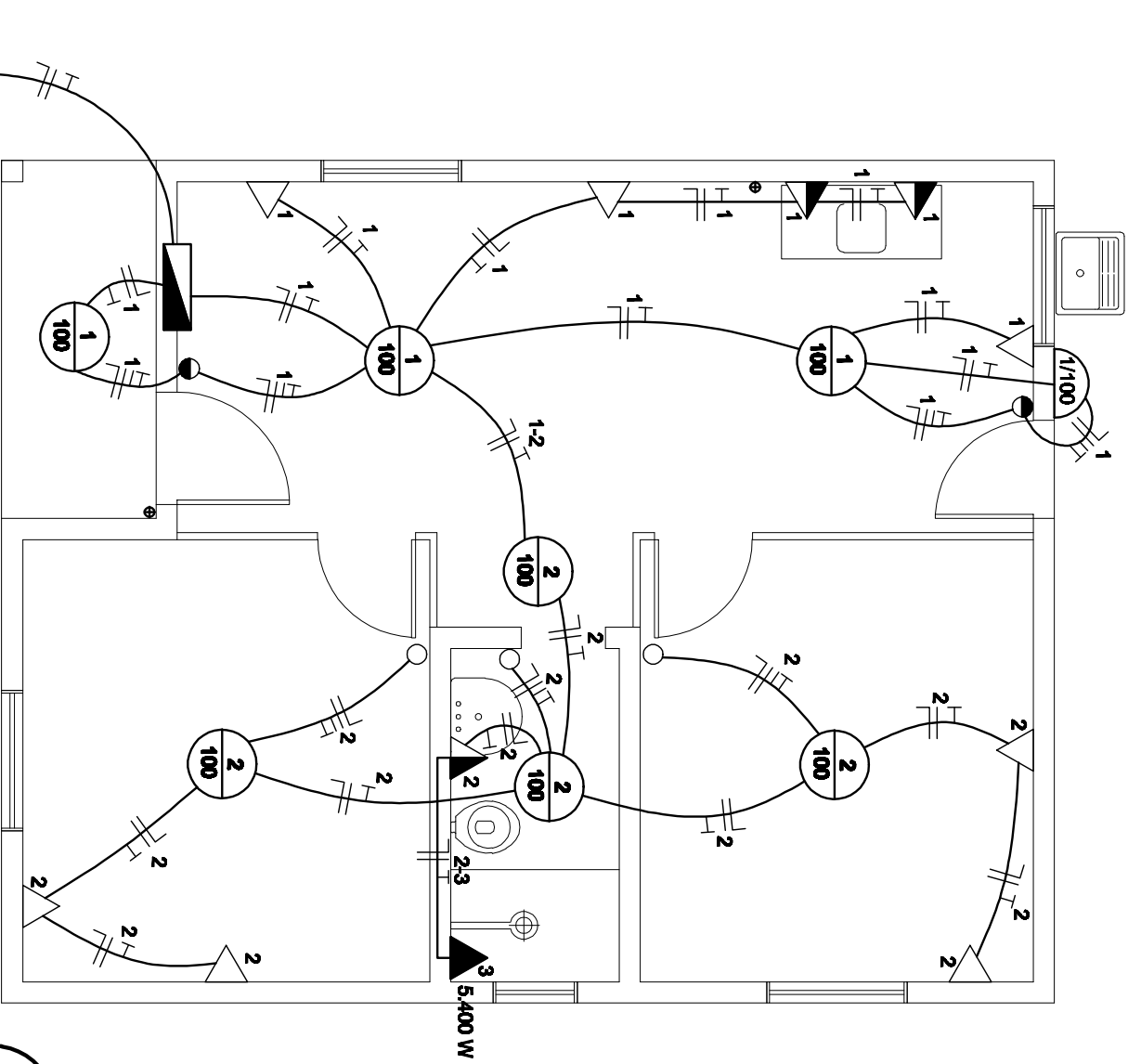


OPERA: CASA 2 DORMITÓRIOS - MODELO DATA: Junho/ 2011 ESCALA: 1/50
 PRODUÇÃO DE AÇÕES HABITACIONAIS

CONTEÚDO: ELEVACÃO PRINCIPAL AREA: 45,00m² PRANCHA: 05

RESPONSÁVEL TÉCNICO: DEBENHO

Arquiteta JULIANA LINHARES RUBIN PROPRIETÁRIO: PREF. MUN. DE NÃO-ME-TOQUE
 CREABO - 18708-2



PROJETO ELÉTRICO
ESCALA 1:50

área de
aterramento
completo
vem do quadro medidor

LEGENDA DO ELÉTRICO

- 100
Ponto de luz no teto
- ◐ 100
Ponto de luz na parede
- ▲ Tomada a 2,00m do piso - 100W quando não indicado
- ▲ Tomada a 1,20m do piso - 100W quando não indicado
- △ Tomada a 0,30m do piso - 100W quando não indicado
- Interruptor simples
- Interruptor duplo
- Centro de Distribuição
- ⊕ Ponto de aterramento
- ⊕ Carga elétrica
- ⊕ Fio fase, neutro, retorno e terra

QUADRO DE CARGAS

CD	LÂMPADAS		TOMADAS		TOTAL (W)	DISJUNTO (A)
	100W	100W	5.400W	100W		
1	4	5	—	—	900	5
2	4	5	—	—	900	5
3	—	—	1	—	5.400	30
TOT.	8	10	1	—	6.200	

PREFEITURA MUNICIPAL DE NÃO ME TOQUE / RS
 Av. Rio Grande, 410 - CEP: 97200-000 - Fone: (51) 3622-5222 - FAX: (51) 3622-5222 - E-mail: prefeitura@nmt.rs.gov.br

OBRA: CASA 2 DORMITÓRIOS - MODELO PRODUÇÃO DE AÇÕES HABITACIONAIS
 CONTEÚDO: PROJETO ELÉTRICO
 RESPONSÁVEL TÉCNICO: DEBERRIO

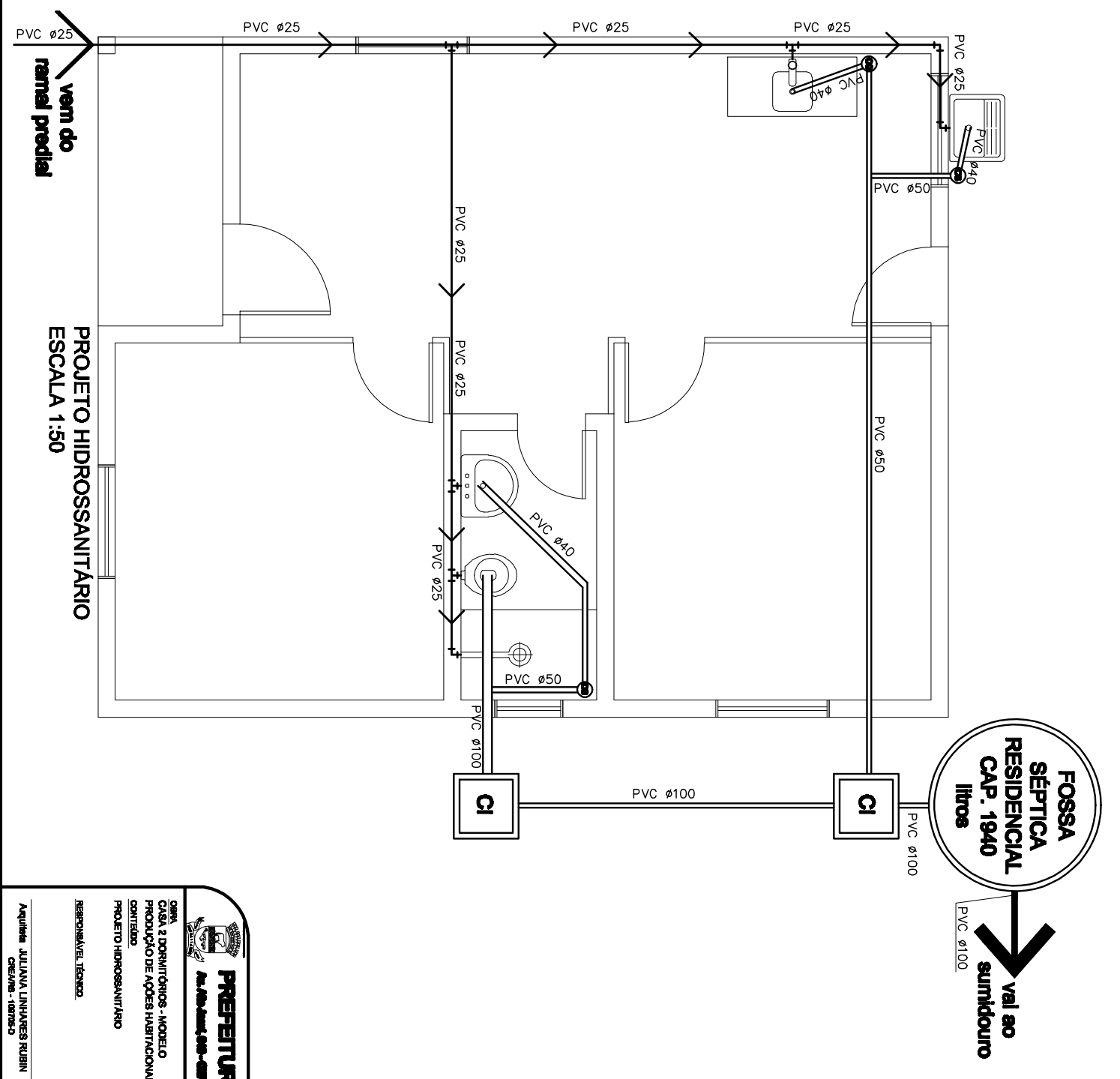
DATA: Junho 2011
 ÁREA: 45,00m²
 ESCALA: 1/50

Arquiteta JULIANA LINHARES RUBIN
 CREA/RN: 18788-0

PROPRIETÁRIO: PREF. MUN. DE NÃO ME TOQUE

ALUM. 20


06

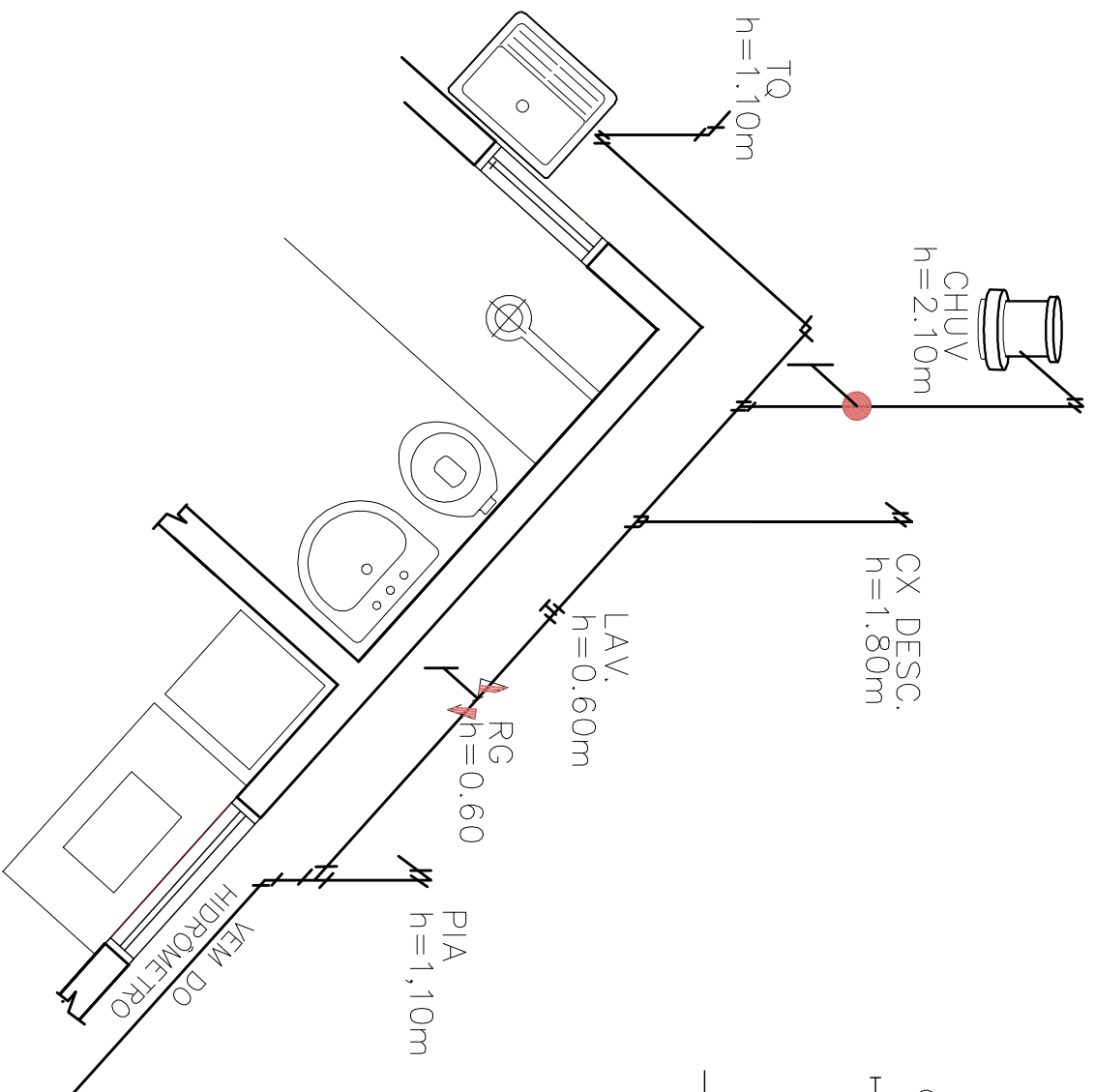


PROJETO HIDROSSANITÁRIO
ESCALA 1:50






venh do
ramal predial
PVC Ø25

FOSSA SÉPTICA RESIDENCIAL CAP. 1940 litros
vai ao sumidouro
PVC Ø100

 <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE NÃO ME TOQUE / RS</p>	
<p>OBRA CASA 2 DORMITÓRIOS - MODELO PRODUÇÃO DE AÇÕES HABITACIONAIS</p> <p>CONTEÚDO PROJETO HIDROSSANITÁRIO</p> <p>RESPONSÁVEL TÉCNICO</p>	<p>Arquiteta JULIANA LINHARES RUBIN CREABR - 18785-2</p>
<p>DATA Junho/ 2011</p> <p>ÁREA 45,00m²</p> <p>DESENHO</p>	<p>ESCALA 1/50</p> <p>PRONOME 07</p>
<p>PROPRIETÁRIO PREF. MUN. DE NÃO-ME-TOQUE</p>	



CONVENÇÕES

-  JOELHO 45°/90°
-  TE
-  REGISTRO DE GAVETA
-  REGISTRO DE PRESSÃO
-  CANALIZAÇÃO DE ÁGUA FRIA (Ø25PVC)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NÃO ME TOQUE / RS
 Av. João Gualberto, 400 - CEP: 95000-000 - Fone: (51) 3322-5555 - FAX: (51) 3322-5555 - E-mail: pmnt@nmt.mt.rs.gov.br

OBRA: CASA 2 DORMITÓRIOS - MODELO PRODUÇÃO DE AÇÕES HABITACIONAIS
 DATA: Junho/2011
 ESCALA: 1/50
 ALMO: 20

RESPONSÁVEL TÉCNICO: DEBERNO
 ÁREA: 45,00m²
 PRANCHA: 08

Arquiteta JULIANA LINHARES RUBIN
 CREA/RB - 18705-2
 PROPRIETÁRIO: PREF. MUN. DE NÃO ME TOQUE